

Apresentação –
Max Weber e a revolução russa
Maurício Tragtenberg

Em 1906 Max Weber publica dois ensaios a respeito da política russa contemporânea, numa área até então desconhecida para ele, fora de sua especialidade. O primeiro trata da “situação da democracia burguesa na Rússia” e o segundo da “passagem da Rússia a um regime pseudo constitucional”. Até então, Weber era conhecido como historiador da economia, especialista em questões agrárias e financeiras, preocupado também com a metodologia das ciências sociais. É bem verdade que já iniciara suas pesquisas acerca das relações entre a ética calvinista e o espírito do capitalismo; neste caso, porém, a mudança de área é menos nítida, porque nelas se discutem as consequências sócio-econômicas de um determinado movimento religioso. Pode-se perguntar o que levava Max Weber, recém-saído de grave crise nervosa que entre 1897 e 1902 o condenara à inação e a interromper seus estudos, a dedicar-se à aprendizagem do russo e a folhear durante meses e meses a

imprensa diária russa. O que o levava, conforme testemunho de sua esposa e biógrafa, Marianne Weber, "a acompanhar durante meses, numa tensão febril, o drama russo de 1905"? O interesse que Max Weber demonstrava pelo processo político russo ia além da simples fascinação do atual, estava ligado a valores que ele reputava essenciais: o destino da Alemanha e o destino da liberdade.

As convicções políticas de Max Weber, na sua gênese, constituíram-se num amálgama de nacionalismo alemão orientado para uma política de poder, como se manifestara nos fins do século XIX, e de fidelidade ao liberalismo democrático. "Faço parte da burguesia", dizia ele por ocasião de sua conferência inaugural na Universidade de Friburgo em 1895. "É assim que eu me sinto, criado seguindo concepções e ideais burgueses". Sabemos, pelo testemunho de Karl Jaspers, que Weber durante sua vida toda permanecera fiel à sua concepção dos direitos inalienáveis do homem e da dignidade humana. O próprio Weber já mais se cansara de reafirmar sua fidelidade aos princípios democráticos. Ao mesmo tempo, definira suas convicções nacionalistas: "Eu sempre considerei a política do ponto de vista nacional", declara em 1916, "não somente a política externa, mas a política em sua totalidade". No seu primeiro ato público, na Universidade de Friburgo, coloca a Alemanha em guarda contra os "perigos" da infiltração de camponeses de origem eslava nas províncias orientais. Suas últimas funções foram as de delegado alemão em

Versalhes e de membro da comissão que elaboraria em 1919/1920 a Constituição de Weimar. Nesse ínterim, transcorre um quarto de século de estreita identificação pessoal com a política alemã. Durante este período, embora severo com o regime dos Hohenzollern, Weber jamais dá as costas a seu país, mesmo que a ação alemã viole suas mais profundas convicções humanitárias.

Estes sentimentos contraditórios não eram, entretanto, incompatíveis. A dualidade de Weber é o reflexo da ambigüidade do liberalismo alemão: durante o transcorrer do século XIX, fora ele dramaticamente dividido entre suas aspirações nacionalistas — que o levaram a colaborar com a *Realpolitik* de Bismarck — e seus ideais liberais no plano da política interna e da economia, que o levaram à oposição.

Weber fora crítico de Bismarck, embora crescesse numa atmosfera profundamente condicionada pelas idéias e personalidade do "chanceler de ferro", que lhe fornecera as premissas políticas iniciais. Daí Weber desenvolver a tese de que o poder é a essência da política, definindo-a como a atividade que visa à distribuição e à manutenção do poder. Por outro lado, Weber, liberal declarado, fez de Friedrich Naumann — seu amigo político mais próximo — o teórico do *Lebensraum* (espaço vital) germânico na Europa Central, que se constituiria num dos dogmas centrais do movimento nacional-socialista.

O nacionalismo de Weber foi uma das razões de seu interesse pelos problemas políticos russos. A Rússia preo-

cupava-o por ser o vizinho mais forte e concorrente da Alemanha, cujo desenvolvimento interno poderia afetar o destino político de seu país. Outra razão está na sua visão do processo histórico, notadamente sua visão a respeito dos rumos políticos do Ocidente.

Suas pesquisas históricas levaram-no à crença de que a história européia consiste num processo de racionalização progressiva de todos os aspectos da vida humana organizada. Para ele, uma das características da civilização ocidental residia no processo de “desencantamento” do mundo. Tal perspectiva preocupava-o profundamente, pois lhe parecia provável que a razão — após libertar o homem da prisão da ignorância, da superstição e do preconceito — terminaria por dominar o homem. Uma sociedade plenamente racionalizada importará ao homem uma nova escravidão, que o reduzirá a um impotente parafuso de uma máquina virtualmente indestrutível. A angústia sentida por Max Weber ante o triunfo final do princípio da racionalização só poderá ser explicada por sua vinculação profunda a um ideal de liberdade e ao valor atribuído ao homem, como sujeito de relações de produção, sejam elas quais forem.

Este processo de secularização e racionalização, que Weber vê transcorrer diante de seus olhos sob o capitalismo ocidental, estimula seu interesse pela Rússia, que lhe aparece como o país onde a cultura ainda está em estágio de formação. A Rússia poderia, de certa maneira, contrariar a opressão crescente que se manifesta na Europa, cujo

término lógico, para Weber, radica na supressão da liberdade do sujeito. Se o primeiro interesse de Weber aparece como inteiramente subjetivo em sua manifestação, o segundo está despido de qualquer motivação emocional ou preconceito nacional.

Uma das dificuldades encontradas na análise do pensamento político de Weber consiste em que ele se realiza em dois planos distintos. De um lado, Weber articula seu discurso como político alemão, preocupado com o poder da Alemanha nos negócios mundiais; de outro, como cientista, contempla as coisas *sub specie aeternitatis*. Atitudes incompatíveis se manifestam claramente em seus textos dedicados ao processo russo. É impossível efetuar a separação entre a vida e o pensamento com o rigor exigido pelo neokantismo, que tanto influenciara sua postura intelectual.

Do ponto de vista político, Weber dividira a sociedade em três grupos: o que detém as rédeas do poder, o que executa os mandamentos dos detentores do poder, e o dos “dominados”, de quem ele fala quando trata da burocracia em sua obra máxima *Economia e sociedade*.

O caráter específico de todas as estruturas políticas é o exercício do poder. Todas as formações políticas originam-se da violência, sustenta Weber. A autoridade efetiva de qualquer sociedade, especialmente aquelas organizadas conforme os princípios democráticos, está nas mãos de uma elite. O “princípio do pequeno número”, a superior capacidade de manobra dos pequenos grupos dirigentes,

domina inteiramente a atividade política. O estigma cesarista é inerente aos Estados de massa.

Um dos mais significativos critérios de sanidade de um organismo político é o grau de correlação entre o papel dominante dessa elite e sua supremacia econômica. Num Estado viável os interesses materiais do grupo que exerce o poder político coincidem com os interesses da maioria da população, e esta interdependência é profundamente internalizada na consciência dos cidadãos. O grupo que detém o poder, além do poder econômico, deve possuir vontade de poder. Ele não é mecanicamente criado, mas cresce lentamente pela diligência com que é continuamente posto à prova dos fatos. É a derrota infringida aos liberais alemães pelos *junkers* que leva Weber a escrever que “a essência última do problema sócio-político não reside no status econômico das classes dirigidas, mas na aptidão política das classes dirigentes em ascensão”. Um movimento político em que tais qualidades estejam ausentes está destinado ao fracasso, qualquer que seja o número de seus adeptos, a qualidade de seus líderes e o valor de seu programa.

Para exercer sua autoridade de forma eficaz, isto é, impor sua vontade, o grupo dirigente necessita encontrar entre seu público certo grau de corroboração. “Toda autêntica relação de dominação-submissão exige um mínimo e determinado desejo de obediência, de interesse (interno ou externo) nessa obediência”. Esta corroboração é

essencialmente um ato de fé. “O fundamento de qualquer autoridade, isto é, de qualquer subordinação, é um tipo de fé: a fé depositada nos dirigentes em função de seu prestígio”. A partir do tipo de corroboração obtido, Weber define os principais sistemas políticos em três categorias: a dominação carismática, essencialmente instável, na qual a relação entre dirigentes e séquito funda-se no “reconhecimento” daqueles por este; o poder tradicional, fundando sua legitimidade no costume; e o poder racional burocrático, essencialmente estável e no qual a corroboração se dá por representação, referendo, eleições e outros meios juridicamente definidos. Para este fim, o sistema político organizado racional-burocraticamente recorre também à instituição do Parlamento:

Os parlamentos modernos são corpos representativos dos regidos por intermédio da burocracia. Um mínimo de corroboração íntima dos dominados, ao menos das categorias sociais mais significativas, é condição de estabilidade, não importa de que regime (*Herrschaft*), mesmo o melhor organizado. Os parlamentos, anualmente, se constituem nos meios de se manifestar exteriormente esta mínima corroboração.

Não constitui levandade supor que a posição de Weber sobre a limitação das funções parlamentares, como seu ceticismo ante um poder legislativo democrático, tenham

como origem a história do *Reichstag*, esse Parlamento que, apesar das suas prerrogativas, mostrara-se, em todas as crises políticas da história alemã, um instrumento dócil às imposições da Coroa e seus ministros. Apesar disso, Weber admitia que os parlamentos, embora com possibilidade limitada de influir no curso dos acontecimentos, eram indispensáveis para assegurar o funcionamento dos grandes Estados modernos de tipo racional burocrático, que são, a seus olhos, o único meio de obter de forma contínua a aprovação dos atos governamentais pela massa de cidadãos. O Parlamento pode ser reduzido à impotência, como o fizera Bismarck, porém é impossível prescindir dele. ("Não sou partidário, de nenhuma forma, do governo absolutista", declarava Bismarck em discurso no *Reichstag* em 1844. "Considero a colaboração do Parlamento — bem praticada — tão necessária e útil que é impossível o exercício do poder sem o Parlamento").

Da mesma maneira que necessitam institucionalizar o consentimento dos cidadãos, os dirigentes necessitam de um aparelho capaz de executar suas decisões. A grande contribuição de Weber reside na sua análise penetrante dos aspectos administrativos da soberania e da importância que atribui aos poderes políticos exercidos, na maioria das sociedades, por mediação de um quadro de funcionários na qualidade de executores. Enquanto a maioria dos pensadores políticos, fiéis à tradição medieval, definem a essência do problema político na relação do soberano com os

cidadãos, Weber, como sociólogo preocupado mais com a prática política do que com as normas legiferantes, acentua a importância de um terceiro fator: o quadro administrativo. A cada um dos três tipos de dominação corresponde um quadro administrativo específico. Nas estruturas carismáticas tal função é desempenhada pelos "homens de confiança": apóstolos do profeta, representantes inspirados divinamente, que transmitem as ordens ao séquito sem recorrer a um quadro burocrático permanente. Tal tipo de dominação é raro, e sua duração efêmera. Nas sociedades em que domina o tipo de autoridade tradicional, o quadro administrativo — como a nobreza hereditária — é constituído pelos "servidores do soberano": inexistente o critério de formação profissional ou áreas de competência na execução das funções administrativas. Na medida em que estes funcionários recebiam uma formação sistemática e se transformem num quadro de agentes assalariados, remunerados conforme o tempo de serviço ou a capacidade funcional, constituem uma burocracia, no sentido lato do termo. Ela se constitui no sistema de administração inerente à autoridade política baseada num princípio racional, como existe sob o capitalismo.

Se Weber concedeu importância excessiva à burocracia, é porque ela constitui o problema central da política moderna. O surgimento e a extensão da burocracia aparecem-lhe inerentes ao processo de racionalização sob o capitalismo, visto no seu conjunto.

O fenómeno da burocratização estende-se da usina ao Exército, ao laboratório científico, aos partidos políticos, ao ensino. Para Weber, "o Estado moderno, do ponto de vista da ciência social, é uma 'empresa' como é a usina: nisso é que reside sua especificidade histórica". Daí a ênfase nos aspectos burocráticos da vida política e sua tendência a minimizar o papel da ideologia. "Nos produtos tardios do Ocidente, tornamo-nos céuticos. Os sistemas ideológicos não nos abalam. Os programas constituem coisas do passado".

A burocracia, enquanto administração, é incomparavelmente superior no que diz respeito à eficiência, a qualquer outra categoria de servidores de um poder público. A sociedade ocidental caminha para uma racionalização e uma burocratização inelutáveis:

O futuro pertence à burocratização. O funcionário especializado, uma vez no exercício do poder, é virtualmente indestrutível; qualquer estrutura básica que assegure as mínimas condições de existência é definida em função de suas possibilidades de atuação.

Nem o capitalismo nem o socialismo poderão fugir a esta tendência, pois sucumbem ao mesmo processo de burocratização.

O capitalismo moderno é altamente racionalizado, e os executivos que o dirigem não guardam relação algu-

ma com os empresários individualistas do início do capitalismo. Mais sombrias são as perspectivas para o socialismo. Assumindo parte crescente das responsabilidades econômico-sociais, o Estado socialista fará uso de um Estado burocrático bem mais amplo que o capitalismo privado. Suprimindo o empresário capitalista, diz Weber, o socialismo eliminará o único rival eficiente da burocracia, o que conhece melhor seu trabalho do que o profissional da função pública. Em consequência, adverte Weber, "crescimento da socialização significa necessariamente, hoje em dia, aumento da burocratização".

Max Weber critica aqueles "marxistas" incapazes de responder à questão de quem dirigirá as indústrias estatizadas. Para ele era fora de dúvida que tal função seria destinada à burocracia, "para quem o sentimento de solidariedade com o proletariado não existe".

Essas considerações levam Weber à conclusão pessimista:

O edifício da nova escravidão está concluído. Os barômetros econômicos acentuam o progressivo recuo da liberdade. "Contra a corrente" da conjuntura material, dirigimo-nos àqueles "individualistas" e partidários da instituições "democráticas". Os que pretendam adaptar-se à "tendência crescente" agirão bem ao abandonarem, o mais rapidamente, tais princípios caídos em desuso.

Pode-se depreender até que ponto Weber enfatizava a burocracia de uma de suas conferências a respeito da situação política da Alemanha, na qual chega a afirmar que os burocratas franceses e norte-americanos prestam mais serviço a seu país do que os alemães, porque são mais corruptos.

Somente uma classe social dinâmica, politicamente ambiciosa e em processo de expansão econômica, poderia limitar o crescimento da burocracia. Na Europa do século XIX, tal classe não existe. O poder político na Europa está nas mãos de classes economicamente decadentes, enquanto o proletariado, único pretendente sério, não possui “vontade de poder”, pelo menos no quadro alemão. A ditadura das massas, idealizada pelos trabalhadores, deverá terminar, segundo Weber, não numa ditadura *do* proletariado, mas numa ditadura *sobre* o proletariado. Assim, na ausência de uma classe que aspire à direção da sociedade e possa assumir esta responsabilidade, a autoridade na Europa cai nas mãos da burocracia.

Nesta conjuntura, pensa Weber, somente um forte poder monárquico apoiado num robusto Parlamento poderá limitar o poder da burocracia. A essência do problema constitucional do século XX não é a divisão do poder entre o Legislativo e o Executivo no nível do Estado. A questão principal consiste em saber até que ponto o Legislativo e o Executivo podem cooperar para limitar o inimigo comum: o quadro burocrático.

Observando o quadro político europeu de inícios do século XX, Weber tinha fundadas razões para desesperrar-se. Tudo indicava um novo declínio da liberdade humana e o triunfo de uma ordem social implacavelmente eficaz, porque racional e praticamente indestrutível.

Se qualquer esperança de preservar a liberdade existisse, era necessário procurá-la fora da Europa, nos EUA ou na Rússia, que possuíam condições favoráveis ao surgimento de novos tipos de civilização. É necessário acentuar a importância que Weber atribuía à evolução desses países, sobretudo a Rússia, pois a cultura russa era menos “européia” que a norte-americana. Além disso, os acontecimentos na Rússia afetavam de maneira mais imediata a posição da Alemanha. Assim, com o desencadeamento de novas ondas de greves e agitações que cobriam todo Império Russo, Weber suspende seus estudos habituais, penetrando de corpo e alma no “drama russo”. O terreno que não foi conquistado para a defesa do indivíduo e suas liberdades, em favor do período de caos econômico atravessado por países onde o sistema econômico ainda não está completamente constituído e cristalizado, não o será jamais, quando o mundo estiver “economicamente acabado” e intelectualmente desgastado. Num certo sentido, trata-se das “últimas” chances para edificação de culturas “livres” sobre um terreno virgem. Outro motivo que levava Weber ao estudo da Rússia era que a revolução de 1905 parecia-lhe anunciar uma nova

ordem econômica e social que romperia as cadeias que estrangulavam o Ocidente, anunciando o renascimento da sociedade livre.

O primeiro estudo de Weber sobre a Rússia, "A situação da democracia burguesa na Rússia", concluído em fevereiro de 1906, foi escrito com a assistência de militantes da Liga da Libertação russa; utiliza também como fonte Leroy-Beaulieu, *L'empire des tsars et les russes*. Weber analisa decididamente a composição social e os programas dos principais grupos liberais, com vistas à determinação do liberalismo russo e suas chances de viabilidade institucional.

Como ponto de partida, Weber postula que somente "a comuna camponesa, a Igreja e a monarquia" constituem valores "históricos" na Rússia. Retoma nisso a posição de Leroy-Beaulieu: "A comuna nasceu e se desenvolveu fora do âmbito da autocracia, única instituição autêntica, a única tradição viva do povo russo". Em consequência, não considera a tradição do pensamento liberal russo, cujas origens remontam ao século XVIII.

Weber inicia sua exposição em 1903, quando os elementos moderados que atuam nos *zemstvos* juntam-se à *intelligentia* liberal, fundando a Liga da Libertação, e parte dos elementos que precedem imediatamente a fundação da Liga. Estuda o movimento dos *zemstvos*, acentuando a

relação entre estes dois pilares do liberalismo e as duas classes mais dinâmicas, a burguesia e o campeonato. A abordagem da questão, a escolha dos dados e os elementos desconsiderados na análise são determinados por sua visão política. Concentra a atenção nos "valores" do liberalismo russo e seus pontos de apoio, para determinar em que medida o liberalismo russo é apoiado por interesses econômicos de uma classe ascendente. A hipótese é que a conjunção destes valores e tal apoio são indispensáveis ao sucesso de qualquer movimento político que tenha em mira o poder.

A resposta de Weber às questões básicas suscitadas pela análise é negativa: o liberalismo não tem o apoio de grupos interessados na realização de seus fins, e seus ideais, na maioria dos casos, são subalternos.

Os eventos de 1905 significam para Weber que as forças liberais, representadas pelos *zemstvos* e o Partido Constitucional Democrata [KD – daí o termo "cadetes" para designar seus representantes], não contam com o apoio da burguesia russa. Os *zemstvos* não são, propriamente falando, instituições da classe média, no sentido econômico do termo. Na medida em que a burguesia se acha representada, o é sob o ângulo de "sua forma de vida e de seu nível de instrução. Considerados sob o ângulo econômico, os liberais dos *zemstvos* são, no conjunto, simples defensores de um ideal político-social". A burguesia, no sentido exato do termo, isto é, a classe dos grandes industriais e

dos financistas, não somente se recusa a sustentar tais idealistas como procura ativamente combatê-los. A ruptura entre a grande burguesia e os liberais dos *zemstvos*, que se produz nos inícios da revolução de 1905, constitui uma das manifestações externas deste profundo descontentamento.

Weber analisa um outro ângulo do movimento: a constituição do quadro burocrático dos *zemstvos*, esse "terceiro elemento", que vive efetivamente no "seio do povo", de um idealismo comprovado, que "no plano moral é o fenômeno mais reconfortante e significativo da Rússia de hoje". (Weber vê nesse processo a formação de uma burocracia recrutada no local e fortemente enraizada, capaz de fornecer aos opositores da autocracia o quadro administrativo de que necessitam). O Partido KD, outro ponto de apoio do liberalismo russo, recusa-se a sustentar a burguesia. Entre seus membros não figura nenhuma personalidade do mundo industrial e financeiro. Os industriais e financeiros trocam os cadetes pelos outubristas e, nas questões decisivas, apóiam o trono e a burocracia contra os liberais. A pequena burguesia, com seu anti-semitismo, vê-se impedida de aliar-se aos liberais, preferindo os ultra-reacionários Cem Negros.

O que resta ao liberalismo russo como base de apoio possível? Somente o campesinato. Alguns círculos liberais russos colocam suas esperanças no nascimento de uma democracia fundada na comuna camponesa, notadamente os socialistas-revolucionários. Pura ilusão, diz

Weber, convencido de que este "populismo romântico" será no correr do tempo minado pelo capitalismo, deixando lugar para o surgimento do marxismo. Segundo Weber, os camponeses mais prejudicaram do que ajudaram o liberalismo russo: colocaram-no ante um problema infinitamente complexo, cuja solução exige uma mudança estrutural radical. Os camponeses são estruturalmente antiparlamentares; querem tratar diretamente com o czar e reclamam o confisco das terras. Os liberais, para serem conseqüentes, devem apoiar estas reivindicações, apesar do caráter retrógrado e anárquico do programa. Weber não vê nenhuma saída dentro da ótica democrática para os problemas agrários russos: "Não é caso de invejar a tarefa do partido que pretenda esta reforma (agrária) pela via legal".

Os camponeses russos não se aliarão aos nobres para realizar uma frente antiliberal como se deu na Alemanha; por outro lado, é certo que não colaborarão mais com os liberais.

O abismo entre os liberais e as classes economicamente influentes da sociedade — em outras palavras, a falta de qualquer base sócio-econômica — é o ponto fraco que poderá condenar ao fracasso o movimento liberal russo. Weber critica o otimismo daqueles que acreditam que, apesar das dificuldades encontradas, o triunfo final da democracia está garantido pela força do progresso histórico. A ampliação da cultura ocidental e da economia capitalista não garante à Rússia a conquista das liberdades, como ocorreu no Ocidente.

Em primeiro lugar, a liberdade europeia é fruto de circunstâncias específicas, numa época em que as condições materiais e intelectuais eram excepcionalmente favoráveis. Era um período de adesão plena aos princípios de autoridade divina e de harmonia do espírito humano, minados pela filosofia da ilustração e pelo capitalismo, uma época de expansão ultramarina e de possibilidades infinitas à empresa capitalista. "Essas fases de desenvolvimento não podem ser reencontradas na Rússia atual e não o será por razões 'ideais': o individualismo especificamente burguês acha-se em vias de desaparecimento no círculo dos intelectuais e dos proprietários, e não é no seio da pequena burguesia que ele encontrará condições de florescimento". Em segundo lugar, "constitui um erro atribuir ao capitalismo moderno, tal como existe no Ocidente, afinidades com a democracia e a liberdade. Trata-se, pelo contrário, de perguntar como é possível, a longo prazo, manter em regime capitalista a democracia e a liberdade".

Pessimista a respeito do futuro do liberalismo na Rússia, Weber não desvaloriza inteiramente suas realizações. O liberalismo *remisto* constitui para ele um movimento admirável. Compara seu papel ao do Parlamento de Frankfurt em 1848, tendo nele uma manifestação de liberalismo "puro". Para Weber, os *remistos* podem servir utilmente à democracia consagrando-se à tarefa de difundir em todos os grupos sociais a ideia dos direitos inalienáveis da pessoa humana, para contrastar a influência

cia da burocracia e do jacobinismo. (Por jacobinismo Weber entende o leninismo, aludindo numa nota à tendência jacobina no seio da social-democracia russa).

Faça a todas as formas que conspiram contra a liberdade humana, o desejo de ser livre é a última arma que resta ao homem: a democracia e a liberdade são possíveis somente "quando são sustentadas por uma vontade constante de uma nação que se recusa a ser governada como um rebanho de carneiros". Os sacrifícios da revolução não foram em vão. A monarquia, é verdade, sobreviveu a ela, manteve o apoio do Exército, da burocracia central e de alguns setores das classes influentes; Weber está convencido de que, "somente uma guerra europeia perdida minará definitivamente a autocracia". A derrota das forças democráticas não é menos parente: a Rússia é submetida a um regime no qual a burocracia poderá exercer sua dominação acobertada por um regime pseudoconstitucional. A longo prazo, tal regime não se manterá, e o país atravessará uma sucessão ininterrupta de movimentos sociais.

Alguns meses após ter publicado seu primeiro ensaio sobre a Rússia, Max Weber publica um segundo, mais alentado, a respeito do mesmo assunto: "A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional". Tendo, no seu primeiro ensaio, abordado a vida política russa do ângulo

do desenvolvimento das forças liberais, agora, consciente da fraqueza do liberalismo russo, analisará o funcionamento do regime czarista, estudando a viabilidade de uma revolução "pelo alto" e não mais pela base, que transformaria a Rússia numa democracia parlamentar do tipo ocidental. O tom do estudo é mais frio, distante e profissional; é feito, sem amor e sem ódio, por um homem que, perdidas suas grandes esperanças, examina o conjunto do problema impessoalmente.

A chave do enigma do comportamento do governo czarista durante a revolução de 1905 e a razão das concessões outorgadas no Manifesto de Outubro e promulgadas por lei acham-se na amplitude e volume da dívida externa da Rússia:

É impossível compreender a conduta do governo russo sem levar em conta um dado essencial: a Rússia é um Estado devedor. É exato sustentar com os reacionários que os judeus extorquiram a Constituição russa; esses judeus não são os pobres reclusos dos guetos, oprimidos e ultrajados, mas seus primos enobrecidos da *hante finane* de Berlim e Paris, que controlam os fundos do Estado russo.

Para controlar o pânico que as agitações de 1905 causaram entre os credores estrangeiros, o czarismo introduziu um regime pseudoconstitucional em compromisso com a burguesia. O objetivo principal dessas medidas é

dar ao exterior a impressão de estabilidade interna e ordem, favorecendo o afluxo dos créditos e investimentos estrangeiros. Na realidade, o regime czarista não tinha intenção alguma de conceder direitos civis e políticos a seus cidadãos; no plano interno, antes de mais nada, procurara manter e ampliar os poderes dos órgãos policiais de repressão. Dessa maneira estamos diante de uma política de duas faces: no plano externo, o governo russo conduz-se como uma monarquia constitucional; no plano interno, mantém o regime tradicional caracterizado pelo arbitrário poder da polícia.

O principal tema do ensaio de Weber é a análise da Constituição russa de 1906, analisada a partir das premissas acima enunciadas. Estuda-a nos aspectos teórico e prático, procurando mostrar como o novo sistema funciona do ponto de vista da lei e da realidade social. Examina detalhadamente as atribuições do novo órgão ministerial e do poder legislativo, a lei eleitoral e o papel da burocracia; isso permitirá mostrar as diversas disposições escapistas que possibilitarão às forças antiparlamentares reduzir oposição à impotência. As conclusões de Weber, em grande parte, foram confirmadas: incapacidade do Parlamento russo, a Duma, na afirmação de sua autoridade, manutenção do arbítrio policial, ausência de um verdadeiro gabinete ministerial. Para Weber o novo regime não é autenticamente constitucional, pois o poder não está partilhado entre o Executivo e um partido político dominante no

Parlamento. Tal partilha constitui um traço característico do regime constitucional; o sistema russo é na realidade um "pseudocostitucionalismo". Weber não aplica esse termo somente à Rússia, mas também à Alemanha contemporânea, como o regime onde a população, se está representada por partidos na Assembleia, participa, não do poder real, mas somente de suas adjacências.

Os dispositivos de 1906 têm, segundo Weber, dois efeitos duráveis e importantes: crescimento do poder da burocracia e diminuição do poder da Coroa. O regime russo de 1905 era na realidade um regime de uma autocracia hesitante. O país estava dividido em numerosas satrapias, em luta entre si e contra o czar. O sistema, por sua ineficiência congênita, oferecia inúmeras possibilidades de escapar ao controle da burocracia. O Manifesto de Outubro pôe fim a este estado de coisas. Surge uma nova ordem que se sucede à confusão de poderes, aos conflitos de áreas de competência, à diversidade dos aparelhos administrativos autônomos, à concorrência das instituições: a administração centralizada inerente à burocracia moderna. Tendo no topo o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros — este poderoso *trust* de interesses burocráticos —, os dois inteiramente independentes da Duma, a burocracia implanta-se solidamente entre o monarca e seu povo. O czar conservou o direito de veto; no plano administrativo, ficou sob dependência do órgão ministerial que controla os elos de transmissão do poder real.

A Constituição de 1906, assim, equivale de fato à "racionalização burocrática definitiva da autocracia em todas as esferas da política interna, isto é, à passagem do poder da Coroa à burocracia", escreve Weber (em argumento que reencontramos na alusão ao papel de Bismarck na Alemanha em *Economia e sociedade*). Se o czar permitiu a criação de um verdadeiro regime parlamentar, ele conservava ainda um amplo poder, pois necessitava manipular a burocracia, para contrapor-la ao poder legislativo. Privando a Duma de autoridade, cedeu aos burocratas o poder político que recusara à nação em seu conjunto. O principal perdedor, afinal de contas, foi o czar.

Assim como a hipocrisia é a "homagem do vício à virtude", a codificação explícita de um pseudocostitucionalismo, tão profundamente inautêntico, é uma homenagem não menos degradante da "idéia" de autocracia ao princípio constitucional; a longo prazo ela enfraquece, não o respeito devido ao príncipe, mas a autoridade da Coroa.

Os dispositivos constitucionais de 1906, sustentados unicamente pela burocracia e a parte mais afortunada da burguesia, rejeitados pelas demais classes, devem levar a um conflito entre o regime e a sociedade, à guerra civil em estado crônico.

As pesquisas de Weber convenceram-no de que é vã a tentativa de esperar da Rússia a elaboração de novas

formas de civilização. Sua visão do nascimento em solo russo de uma "cultura livre em solo virgem" — embora já-mais tenha definido como surgira — não tinha fundamento algum. Na Rússia, como em outras terras, o poder é enteiado pela burocracia. Os acontecimentos de 1905-1906 indicam que a Rússia entrou "na via especificamente européia de desenvolvimento". Embora essa perspectiva encorajasse muitos liberais, ela aparece diferente para Weber, para quem só poderia haver liberdade, nas condições do mundo moderno, fora da cultura européia. Desiludido, deixa de estudar a política russa. Cada vez mais sua atitude ante a Rússia será definida por considerações históricas e filosóficas imbuídas de nacionalismo. Se é injusto taxá-lo de "russóforo" (como faz J. P. Mayer em seu livro *Max Weber and German Politics*), não é menos verdade que, a partir de 1906, Weber manifesta uma tendência a julgar política interna e externa da Rússia em função de sua incidência sobre os interesses alemães.

Numa conferência pronunciada em outubro de 1916, "A Alemanha entre as grandes potências européias", ele critica duramente a política externa de Guilherme II, sua falta de realismo ao impor à Alemanha tarefas cuja realização sua situação geopolítica impede. Chama a atenção, nos limites permitidos pela censura de guerra, para as consequências desastrosas que uma política deste tipo teria para o Estado alemão. Sua tese é de que a Alemanha é a única potência mundial situada no centro do continente,

imbricada entre as potências mundiais. Necessita ela de aliados: a Alemanha é o único Estado engajado na política mundial que não pode dispensar a ajuda ou mesmo a amizade das outras potências mundiais. Nessa conquista de aliados, a Alemanha tem a escolher entre o este e oeste: no este a Rússia, no oeste a França e a Inglaterra. A Rússia aparece como inimigo natural da Alemanha pelos seguintes motivos: 1) crescimento demográfico constante na Rússia e declínio nos países ocidentais; 2) a Rússia está predeterminada ao expansionismo, devido à fome de terras de seu campesinato; 3) os interesses russos primordiais localizam-se na Áustria-Hungria e na Turquia, que se constituem nos apoios alemães nos Balcãs e no Oriente Próximo. Assim, a solução encontra-se a oeste.

Com base nestes argumentos, Weber convida os alemães a não prosseguirem na campanha anti-Inglaterra. Nada mais desastroso, pensa ele, do que alienar a Alemanha da Grã-Bretanha e da França, elidindo qualquer possibilidade de conciliação. Privada das simpatias ocidentais, a Alemanha do pós-guerra ficaria à mercê da Rússia. Weber evita qualquer consideração de ordem ética ou moral, preferindo definir conclusões fundadas no cálculo racional. Jamais escondeu sua qualidade de adepto do realismo político, daí colocar-se unicamente a questão sobre quem faz à Alemanha a melhor oferta. É a resposta a essa questão que origina sua posição em relação à Rússia.

A revolução de março de 1917 levará novamente Weber a interessar-se pelo processo político russo. A 26 de abril de 1917 publica na revista *Hilfe*, dirigida por Friedrich Naumann, o artigo "A transição da Rússia para a pseudodemocracia", em que analisa os sucessos de março. Seu objetivo é analisar as repercussões possíveis dos acontecimentos russos sobre a Alemanha, notadamente sobre seu esforço de guerra.

Por que, pergunta Weber, a revolução russa de 1917 tivera sucesso, após a derrota de 1905? Isso ele explica pelo comportamento da burguesia, que controla o crédito indispensável ao sucesso das revoluções. Em 1905, a classe média apoiara a Coroa; em 1917, após um decênio de arbítrio policial e de inconsequente política do czar, ela voltou-se contra a Coroa. No processo da guerra, setores dos mais conservadores da sociedade russa, desesperados com a incompetência do czar, pronunciaram-se pelo regime parlamentar. Se a burguesia continuasse leal, a monarquia a neutralizaria, como ocorrera em 1905. Somente a firmeza de Stolypin permitiu ao czar um ponto de apoio.

Weber considera o Governo Provisório, no seu primeiro mês de existência, como um carro sem direção: de um lado, uma burguesia conservadora e seus aliados não menos conservadores (militares de carreira, quadro burocrático, credores russos e estrangeiros); de outro, a *intelligentsia* revolucionária, representando as forças verdadeiramente democráticas. Se estes dois grupos partilham

o poder é porque seus interesses provisoriamente são comuns, mas é pouco verossímil que essa aliança dure, devido às aspirações contrárias. A burguesia apoiara as forças democráticas para desembaraçar-se de um monarca incompetente e não para transformar a estrutura do sistema. Os interesses da burguesia exigiam a continuação da guerra e repressão às forças democráticas, para salvaguardar os investimentos e garantir os empréstimos estrangeiros, para impedir que os poderosos sentimentos coletivistas (contra a propriedade individual) das massas russas se impusessem nos órgãos legislativos do Estado. A pequena burguesia, diz Weber, ansiava pelo "homem forte", de preferência um ditador militar, capaz de realizar a contento as duas tarefas.

Para manter sua autoridade no país, a burguesia necessitava do apoio da *intelligentsia* revolucionária, representada pelos socialistas-revolucionários (SR) e pelos social-democratas. Dispunham eles dos meios de comunicação e transporte e estavam em contato com as massas, beneficiando-se da divisão da burocracia rural, conquistada em parte pelas idéias do socialismo. Esses movimentos eram antimonarquistas, a pequena burguesia consentia a eliminação definitiva da dinastia Romanov, embora preferissem substituir Nicolau II por um "rei-cidadão" ou um ditador militar. A presença de esquerdistas no governo dá ao novo regime a possibilidade de manter uma aparência revolucionária, sem enfraquecer o controle exercido pelos conservadores sobre o aparelho do Estado.

Para Weber, a fraqueza essencial dos socialistas-revolucionários consistia em não possuir capital e crédito. Não estavam em condições de fazer nem de assumir as responsabilidades do exercício do poder. Daí estarem obrigados a colaborar com a burguesia e a se contentarem com o triste papel de “companheiros de viagem” de uma coalizão essencialmente antidemocrática.

Outro fator da instabilidade do Governo Provisório, para Weber, é a incompatibilidade dos interesses da burguesia com o campesinato, a classe social mais numerosa. Os camponeses — uniformizados ou não — aspiram à confiscação imediata das grandes propriedades, ao término imediato da guerra com seu corolário, a democratização. Surge um conflito social que ameaça a própria existência do Governo Provisório: enquanto a pequena burguesia procura manter o *status quo* em matéria de propriedade e estrutura política com a continuação da guerra, o campesinato aspira a mudanças radicais nas relações de propriedade, democratização do governo e o fim da guerra. Caso a burguesia procure barrá-lo em sua marcha, há o risco do campesinato recorrer à violência:

Tais dificuldades somente podem ser vencidas por intermédio de uma ditadura social-revolucionária prolongada (por social-revolucionário não se deve entender uma espécie de selvageria, simplesmente um homem político que não recue ante o caráter sacrossanto da propriedade

privada — idéia relativamente nova na Rússia). Existem personalidades à altura desta tarefa? Ignoro-o. Seu poder só poderá subsistir com a conclusão imediata da paz. É somente a paz que trará de volta ao país os camponeses e que lhes dará uma certa disponibilidade.

A *intelligentsia* democrática situa-se entre a burguesia e o campesinato, cada um procurando uma ditadura, ainda que de tipo diferente. Para Weber era pouco factível para a terceira das grandes forças sociais em presença, o proletariado industrial, servir à causa democrática, pois seus interesses essencialmente anticamponeses tornavam-no dependente da burguesia: os operários teriam mais vantagens num regime fundado na pequena burguesia do que numa Assembleia Constituinte dominada pelo campesinato.

A análise de Weber leva-o a concluir que em meados de abril de 1917 a Rússia não assistira a uma verdadeira revolução: “O que se passou não foi uma ‘revolução’ mas a simples ‘eliminação’ de um monarca incompetente”. Uma vez obtidos pela burguesia crédito suficiente do exterior era de esperar-se a evicção dos liberais do governo e o fim da farsa democrática. A política básica da Rússia, a menos que ocorresse algo revolucionário, continuaria a mesma de antes de 1917. A guerra deveria continuar, abafando as esperanças na “revolução” ou na “democratização” da Rússia. Weber adverte os social-democratas alemães de que correm o risco de iludir-se com as aparências,

conduzindo-os à crença no mito da "punhalada pelas costas", que formula nestes termos:

A atitude dos dirigentes socialistas russos baseia-se num postulado fundamental, a saber, que no momento em que um exército de negros, indianos, toda barbaie da terra, está nos limites de nossas fronteiras, louca de ódio, de vingança, a social-democracia corre o risco de aceitar o jogo de cartas marcadas oferecido pela plutocracia da Duma russa, atacando por dentro a moral do Exército que nos protege dos selvagens. É essencial que a classe operária alemã saiba a quem recorrer e saiba porque, sem dúvidas, inexistirá na Rússia uma autêntica democracia. Com uma Rússia verdadeiramente democrática poderemos concluir a qualquer momento uma paz honrosa. Com a Rússia atual, é impossível essa paz, pois seus dirigentes necessitam da guerra para manter-se no poder.

Weber retoma os argumentos de quando se perguntava a respeito das perspectivas do liberalismo russo à luz dos acontecimentos de 1905. Em 1917, dez anos depois, ele defende a tese de que as chances de instauração de uma verdadeira democracia inexistem na Rússia, devido à oposição daqueles que possuem os meios e os outros que, por motivos materiais ou ideológicos, tenham interesse nisso.

Em novembro de 1917, dá-se a queda do Governo Provisório e a passagem do poder às mãos de um pequeno

grupo de intelectuais extremistas, apoiados por segmentos do proletariado industrial e do Exército, e não do campesinato, contrariamente às expectativas de Weber.

Ele exporá sua atitude ante o bolchevismo em duas situações: em fevereiro de 1918, num artigo de jornal dedicado à situação política europeia, e em julho do mesmo ano, por ocasião de uma conferência pronunciada em Viena a respeito do socialismo. Para ele, o regime bolchevique é uma "pura ditadura militar de sargentos".

É absurdo acreditar que na base deste regime estejam as massas populares animadas pela "consciência de classe", forças operárias iguais às existentes no Ocidente. Não, este regime apóia-se num proletariado de soldados. Isto tem conseqüências. Quais são as finalidades dos intelectuais de São Petersburgo, o que anseiam e reivindicam os soldados que compõem as suas forças? Procuram recomensas, bônus. Os guardas vermelhos bem pagos não têm nenhum interesse na paz, que os privará de seus ganhos. Não têm esse interesse os soldados que, sob pretexto de "libertar" a Ucrânia, a Finlândia e outras regiões, forçam as portas (como na Rússia propriamente dita) levantando tributos. A única autoridade procedente de uma eleição democrática — ao menos na forma —, a Assembleia Constituinte, foi destruída pela força. E isso não devido a divergências importantes, pois a maior parte desta Assembleia pronunciara-se pela manutenção do armistício

e pelo prosseguimento das convenções de paz. Mas para beneficiar agentes, destacamentos de tropas, subsídios e botim. O resto, objetivamente, não passa de uma *esroqueria*, quaisquer que sejam os objetivos aparentemente visados, ou que realmente visa, a direção do movimento.

Na sua conferência de julho, cujo tema principal é o socialismo, Weber definirá melhor seus pontos de vista: não crê na estabilidade do regime bolchevique e suspeita de suas intenções. Para ele o marxismo é um protesto contra a alienação do trabalhador industrial, separado de seus meios de produção, alienação que ele considera inevitável. O proletariado tem condições de dirigir o Estado e a economia? Weber manifesta dúvida a respeito:

É possível, no transcurso de uma guerra, que as prodigiosas alterações que ela implica e como consequência da condição operária, notadamente da fome, a massa do proletariado, dirigida por intelectuais, tome o poder. Não encontro entre os trabalhadores sindicalizados, nem entre os intelectuais sindicalistas, homem com capacidade de dirigir a produção em época de paz. A grande experiência realiza-se presentemente na Rússia.

As notícias recentes vindas da Rússia, diz Weber, indicam que o salário por tarefa foi restabelecido, que os antigos chefes de empresas, burocratas e oficiais de carre-

ta voltaram a seus cargos. "Mas não é possível desta forma assegurar o funcionamento permanente do aparelho de Estado e da economia, e até o momento a experiência não é de encorajar". Weber manifesta surpresa por ter subsistido o regime bolchevique; por ser ele menos uma ditadura socialista do que uma ditadura militar de sargentos. Trotsky, conclui Weber, espera a decomposição do Exército alemão sob influência da propaganda comunista. Este Exército não se compõe de dois terços de camponeses e de uma proporção notável de pequenos burgueses, isto é, de classes que não acudiriam em ajuda ao proletariado industrial? Não se deve subestimar a sedução da ideia socialista. Weber aprova as negociações de Brest-Liowsky, que permitem definir os verdadeiros objetivos do bolchevismo. "Com aqueles que combatem por uma fé não se pode fazer paz, pode-se somente neutralizá-los".

A derrota alemã, em novembro de 1918, não surpreende Weber: foi o fruto de aventureirismo irresponsável, contra o qual não se cansou de advertir seus compatriotas. Consola-se, entretanto, admitindo que o sacrifício dos alemães durante a guerra não foi em vão, conforme relata Marianne Weber:

O respeito à verdade que nós impusemos força-nos naturalmente a admitir que o papel político mundial da Alemanha terminou: a dominação mundial dos anglo-saxões ou o *kennet* russo é alternativa visível. É a nossa glória. A

hegemonia norte-americana é tão inevitável como o fora na Antiguidade a de Roma após as Guerras Púnicas. Espera-se que isso se dê e que não haja partilha com a Rússia. É isso que eu considero a finalidade de nossa futura política mundial, pois por momentos o perigo russo está afastado, não em definitivo.

À luz retrospectiva de meio século de história, como as análises e apreciações de um pensador geralmente reconhecido como o maior dos sociólogos modernos resistiram à prova dos fatos? É bem verdade que Weber, em inúmeras ocasiões, se defenderia da sedução da previsibilidade. No início de seu ensaio sobre a Constituição russa, escreve:

“A história” não pode servir de preâmbulo ao conhecimento do presente imediato, pois nós ignoramos sua duração. O problema é caracterizar o que sucede no momento específico como característico e essencial.

Apesar de suas denegações, Weber acertou na previsão de muitas coisas; suas três obras sobre a Rússia tinham a finalidade de traçar os contornos prováveis do futuro próximo. Daí ser possível confrontar seus prognósticos com os fatos de nosso conhecimento hoje em dia, não tanto para julgar a clarividência de Max Weber, mas para chegar à compreensão da força e dos pontos fracos de seu pensamento político.

Weber aborda os problemas da Rússia a partir de premissas deduzidas da convicção de que a civilização ocidental dirige-se inexoravelmente rumo a uma racionalização sempre crescente de cada aspecto da existência organizada, conduzindo na área política a noção de transformação do Estado em “empresa” e, paralelamente, a transmissão de todo o poder real à burocracia. A tese funda-se na evolução moderna da Alemanha, o que explica a tendência de Weber a inspirar-se, para a análise de instituições e processos políticos, na experiência germânica. É lá que devemos encontrar as raízes de sua rejeição da crença na eficiência da vontade popular; de sua concepção extremamente limitada das instituições parlamentares; de sua insistência a respeito do papel das “elites” e da importância que atribui às “manobras” na direção dos processos político-sociais; de seu desprezo pelos políticos não profissionais; de seu medo a qualquer burocracia (o *Beamtenum* alemão); da sua insistência em ligar a autoridade política à supremacia econômica, enfim, de sua tese sobre a “política como exercício do poder”. Aplicando estas idéias à vida política russa durante as crises revolucionárias de 1905-1906 e de 1917-1918, Weber procura chegar à passagem do velho regime autocrático descentralizado e ineficiente ao sistema racional e moderno do governo pela burocracia. Essa passagem, que Weber considera dedutivamente a partir de princípios mais gerais como a principal consequência da Constituição de 1906, não se dará. Contrariamente,

no último decênio de sua existência, o Estado czarista será mais caótico e descentralizado do que nunca. Neste processo, imensa responsabilidade cabe a Nicolau II, que continuará se imiscuindo nos assuntos públicos, não permitindo que altos burocratas qualificados, como o conde Witte e Stolypin, administrem o país. A autoridade que o czar mostrar-se-á incapaz de exercer não será assumida pela burocracia, mas por Rasputin. Delegando poder a incompetentes como Gomremykin e Sturmer, intrigando intensivamente na área palaciana, eles acabarão por desorganizar o velho aparelho burocrático. "Entre 1906 e 1917 a burocracia russa não usurpará a autoridade da Coroa, nem mesmo tentará fazê-lo". Ela procurará servir à monarquia, mas o comportamento irresponsável da Coroa desmoralizou-a a tal ponto que, em março de 1917, após a queda da dinastia, ela desaparece da cena política sem nenhum gesto, por simbólico que seja, de resistência. A história mostra que entre 1906 e 1917 a monarquia conserva totalmente seu poder, enquanto o da burocracia declina de forma alarmante. É exatamente o contrário da previsão de Max Weber.

Considerações teóricas como as enunciadas acima levam Weber a enganar-se a respeito das duas revoluções de 1917. Seu sistema não reconhece nas massas nenhuma espécie efetiva da capacidade no plano de ação; com efeito, para Weber qualquer atividade política pressupõe a existência intra-muros de pequenos grupos manobrando em

concordância com a alta burocracia e os meios que controlam as finanças e o crédito. Persuadido desta verdade, Weber articula os dados factuais de que dispõe. Vê na Revolução de março uma vulgar *escroquerie*, um golpe montado pela pequena burguesia acumpliciada com a finança internacional, ocidental; quanto ao golpe de Estado de novembro, trata-se de outra *escroquerie*, imputável desta vez ao Exército.

Na realidade, nem março nem novembro foram fruto de maquinções ou *escroqueries*. O ano de 1917 aparece na perspectiva da história como um período de desagregação rápida da estrutura sócio-política da Rússia, sob pressões divergentes: de forças populares como o campesinato, o proletariado industrial urbano, o Exército, as minorias nacionais, a *intelligentsia*, cada um lutando por seus interesses imediatos. Em nenhum momento a burguesia russa, muito menos o "capital" ocidental, dirige o curso dos acontecimentos. Nem mesmo os bolcheviques, que chegam tardiamente para controlar as forças de contestação, mobilizando-as para seus próprios fins, dirigem a revolução; na verdade, são dirigidos por ela. O gênio político de Lênin consistiu em atribuir à necessidade o aspecto de uma escolha.

Colocando *a priori* que uma burocracia qualificada, capaz de perpetuar-se, é indispensável ao Estado moderno, Weber elimina praticamente qualquer possibilidade de transformação política no mundo atual. Parte deste pos-

tulado, aplicando-o ao processo russo nos inícios de março de 1917, contestando que a classe dominante e os donos do poder mudaram verdadeiramente, quando na realidade a mudança fora fundamental e irreversível. Ele engana-se quando analisa a revolução de outubro com base no mesmo postulado. Parece-lhe inconcebível que um Estado moderno possa nascer de uma ruptura radical com o aparelho administrativo do regime anigo. Como os fatos não ocorrem em seu abono, apresenta duas explicações possíveis para o processo: ou a ruptura é mais aparente do que real, ou é real mas de modo provisório. De um modo ou do outro, considera que o novo Estado terá vida curta. Se é verdade que Lênin desmentiu-se posteriormente, quando escreveu, em *O Estado e a revolução*, que “no regime socialista cada um administrará, e pouco a pouco acostumar-se-á à idéia de que todos devem administrar” na forma do Estado-comuna, deve-se dizer que naquele momento estava mais próximo do real do que Weber, que fundava na existência de um quadro de funcionários a chave explicativa de qualquer construção político-estatal. De qualquer forma, Lênin teve sucesso em construir um novo Estado composto de intelectuais e de revolucionários “profissionais” — esses “literatos” a quem Weber tanto desprezava — desprovidos de qualquer experiência burocrática. E, contrariamente à expectativa de Weber, o Estado soviético sobreviveu; é bem verdade, burocratizando-se.

Logicamente não cabe pronunciar-se a respeito da teoria do Estado moderno de Weber tendo como elementos seus textos sobre a Rússia. Mas é fora de dúvida que no caso específico do processo político russo sua teoria não foi confirmada. Sua definição de Estado como “empresa”, funcionando da mesma forma que uma usina, conduziu-o a superestimar os aspectos técnicos do governo: aparelho burocrático, formação e experiências burocráticas e apoio financeiro. Ao mesmo tempo subestimou ou abstraiu inteiramente os caracteres do Estado que não apresentam nenhuma equivalência com a estrutura racional organizada — a tradição, a ideologia, a opinião pública e a psicologia das massas. Weber deixa-se fascinar pelos aspectos técnicos do governo, a ponto de negar qualquer possibilidade de revolução no século XX, colocando em xeque a própria possibilidade de realização de um sistema verdadeiramente democrático.

Em última análise, porém, independente do valor da teoria política de Weber, deve-se perguntar até que ponto é lícito utilizar, para analisar os acontecimentos diários de uma sociedade com um rico passado histórico, conceitos extraiados da experiência de outras sociedades. O problema central é que para Weber a Rússia não tem história política, é uma *tabula rasa*. Por isso ele vê a possibilidade de traçar seu desenvolvimento político com um nível suficiente de precisão, partindo de critérios racionais e estabelecendo paralelos com outras nações historicamente mais “desenvolvidas”.

Tal raciocínio fundou a esperança ingênua de que a Rússia pudesse dar origem a uma civilização inteiramente original "num terreno virgem". Tratar a Rússia como se tivesse nascido no século XX revela um raciocínio a-histórico, que pressupõe a existência de critérios universais, válidos para toda comunidade "civilizada" (representada pelo "tipo ideal" de civilização europeia ocidental do século XIX), sem tomar em consideração a experiência histórica fundante de conceitos como os de "civilização". Na realidade, a Rússia contara já com cinco séculos de experiência de organização estatal, determinando maneiras de pensar, sentir e agir do homem em instituições que, se do ponto de vista ocidental não representam o máximo em perfeição, reclamam contudo um estudo sério e demorado.

A atitude de Weber em relação à Rússia constitui uma reprodução da posição historiográfica "filosófica", tão desenvolvida na Europa nos fins do século XVIII. Os pensadores influenciados pela Revolução Francesa procuraram aplicar o método "filosófico" da Ilustração como instrumento de análise social. Qual a diferença básica entre Weber, que não hesita em aplicar à Rússia os modelos produzidos na história ocidental, em particular da Alemanha, e a desenvoltura com que Voltaire e Diderot propiciam seus conselhos aos soberanos russos, eles que estudaram tudo, menos a Rússia? Não que a crença inicial de Weber nas ilimitadas potencialidades culturais da Rússia difere das esperanças alimentadas por inúmeros filósofos do sé-

culo XVIII, notadamente Leibniz? Eles também esperam que a Rússia e outras nações não-ocidentais como ela, "partindo do nada", possam dar origem a uma sociedade mais racional.

Após desta postura está a mesma atitude ante a história, o mesmo método dedutivo, a mesma indiferença em relação à especificidade da formação econômico-social, a mesma dependência de valores "universais", a mesma tendência a medir o progresso pelos critérios da burguesia ocidental. Retrospectivamente, é claro que Weber trabalharia em terreno mais seguro se fizesse um esforço sério para iniciar-se no patrimônio histórico russo; isso possivelmente o levaria a não superestimar a burocracia e subestimar a *intelligentsia*.

A respeito do liberalismo russo, Weber não se enganou. Analisa minuciosamente o movimento liberal, o parlamentarismo russo, a atividade da nova Duma, definindo conclusões que o tempo justificou. É que ele possuía em grau incomum o sentido da realidade política: sua compreensão da "verdadeira" importância dos acontecimentos, sua habilidade em desmistificar o mecanismo legislativo e os pretextos ideológicos e em discernir o interesse das diversas classes sociais, representam uma contribuição perene à análise política.

Vendo as deficiências da Constituição de 1906 enquanto instrumento de democracia, ele procura medir as relações de força existentes entre as diversas classes e fra-

ções de classe que disputam a hegemonia, constatando a inviabilidade da manutenção a longo prazo do Governo Provisório. Outra tese sua confirmada: a impossibilidade de vitória do liberalismo na falta de uma classe de apoio. Em lugar de atribuir a fraqueza do liberalismo russo à relativa insignificância da classe média – como era de hábito na época –, Weber insiste sobre a profundidade do fosso que separa as duas forças componentes do movimento liberal: a *intelligentia* e a classe média. Prevê o conflito fatal que eclodirá no seio dos moderados e que contribuirá, em 1917, no momento decisivo, para definir a sorte da democracia russa; no entanto, não avalia, em sua justeza, o papel da *intelligentia* revolucionária e do proletariado industrial, cuja ação na Alemanha não possuía a mesma importância na Rússia.

Weber amplia o campo da análise política em extensão e profundidade quando vê a política sob o ângulo das questões sociais. Beneficia-se das vantagens da análise socialista, sem seu inconveniente, a rigidez da doutrina. Contrariamente à maioria dos liberais russos, que privilegiam o jurídico e o formal das instituições políticas, Weber insiste na importância de compreender estas instituições em conexão com as classes sociais e a totalidade da vida económica. A bem da verdade, Weber vê com clareza os dilemas do liberalismo russo na medida em que estes são uma reprodução dos dilemas do liberalismo alemão, muito mais do que da realidade anglo-saxã. Os dois países, Ale-

manha e Rússia, apresentam problemas de acumulação económica sob um capitalismo retardatário, mas os liberais russos estavam presos ao modelo anglo-saxão.

Em Weber, operam duas forças contraditórias: de um lado, seu agudo senso das realidades políticas, sua preocupação com a vinculação do político ao todo social, buscando discernir interesses e ideologias; de outro lado, seu nacionalismo emocional na época, que compromete sua análise. De qualquer maneira, seus textos sobre o processo político russo de 1905 a 1917 podem ser criticados e mesmo rejeitados; isso, porém, implica o compromisso intelectual de tomar conhecimento deles.